

PARTICULARIDADES DA CRISE BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O TRABALHO NA DÉCADA DE 1990

SPECIFIC ISSUES OF BRAZILIAN CRISIS AND ITS IMPLICATIONS ON THE JOB IN THE 1990S

Francisco José Lima Sales¹
Ana Patrícia Dias²

RESUMO

O texto aborda a problemática da crise do capital no Brasil nos anos 1990 e suas implicações sobre os trabalhadores. A partir de autores, majoritariamente, do campo marxista, busca a apropriação das categorias que orientaram o movimento de construção do objeto tanto em sua dimensão teórica quanto histórica. Indica que na transição do século XX para o XXI os países desenvolvidos foram acometidos por uma crise econômica que se traduziu naquilo que se convencionou chamar de “crise estrutural do capital”. Esse período que tem como referencia temporal o ano de 1970 desembocou numa onda de instabilidade e incerteza, refletindo nos países latino-americanos, em particular no Brasil. Os desdobramentos da crise se fizeram sentir não somente na retração da força de trabalho formal, como também na acentuação das plurais formas de “trabalhos atípicos”, onde ganharam proeminência a terceirização e a informalidade; além da precarização e da desregulamentação do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Crise do capital. Força de trabalho formal. Trabalhos atípicos. Informalidade. Precarização.

ABSTRACT

This paper addresses the problem of capital crisis in Brazil in 1990 and its implications on workers. From authors, mostly from the Marxist camp, seeking ownership of the categories that guided the movement of construction of the object in both its historical and theoretical dimension. Indicates that the transition from the twentieth to the twenty-first developed countries were affected by an economic crisis that has resulted in what is conventionally called the "structural crisis of capital. " This period is referenced time the year 1970 culminated in a wave of instability and uncertainty, reflecting the Latin American countries, particularly Brazil. The ripple effects were felt not only in the retraction of the formal workforce, but also the accentuation of plural forms of "atypical work", which gained prominence outsourcing and informality, in addition to instability and deregulation of the labor market.

Keywords: Capital crisis. Workforce formal. Atypical work. Informality. Insecurity.

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Ceará – Departamento de Estudos Especializados/Faculdade de Educação. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Trabalho–LABOR. E-mail: chicodede@gmail.com.

² Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisadora da área do trabalho. E-mail: anapatrícia_dias@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma apreensão de natureza teórica da problemática apresentada pela crise do capital ocorrida no Brasil na década de 1990. Ele se caracteriza pelo seu caráter documental, subsidiado por fontes secundárias, na medida em que recorreu a fontes bibliográficas. A partir de estudos de autores, majoritariamente, do campo marxista, buscou-se a apropriação das principais categorias que orientaram o movimento de construção do objeto da investigação tanto em sua dimensão teórica quanto histórica.

Desse modo, neste artigo serão apresentados estudos que indicam que na transição do século XX para o XXI os países de capitalismo desenvolvido foram acometidos por uma crise de grande envergadura que se traduziu na “crise estrutural do capital”. Esse período que tem como referencia temporal o ano de 1970 desembocou numa onda de instabilidade e incerteza, refletindo profundamente nos países da América Latina, em particular no Brasil.

Os desdobramentos da crise de acumulação do capital, especificamente, se fizeram sentir não somente na retração da força de trabalho formal, como também na acentuação das plurais formas de “trabalhos atípicos”, onde ganharam proeminência a terceirização e a informalidade.

Diga-se que o trabalho regular e industrial foram drasticamente reduzidos. Práticas flexíveis de gestão foram adotadas nos vários setores da economia, assim como formas pretéritas de trabalho ganharam vigor. Tudo isso implicou níveis altíssimos de desemprego “estrutural” e de subemprego.

Intensificaram-se, nesse caso, sistemas de trabalhos domésticos e familiares. O capital acentuou, em plena era da acumulação flexível, formas pretéritas de trabalho. O trabalho regular, que predominava mediado por contratos de trabalho por tempo indeterminado, sofreu retração e foi sendo substituído cada vez mais por ocupações “atípicas”.

Desta forma, expandiu-se, na sociedade do capital, o trabalho assalariado e precarizado, ao mesmo tempo em que foi reduzido o trabalho regular e industrial. O setor de serviços foi ampliado e a ele foi agregado um maior número de jovens e mulheres que vendem sua força de trabalho por um determinado tempo.

Nesse contexto, a acumulação flexível - muito mais evidente nos países centrais -, ao apontar para uma descomunal reconcentração do capital, ampliou, por conseguinte, o poder financeiro, comercial e produtivo dos grandes grupos monopolistas internacionais.

Contudo, vale salientar que, se nos países centrais a implantação desse modelo mostrou nitidamente o seu caráter excludente, com o aprofundamento das desigualdades sociais, para os países subdesenvolvidos a transposição mecânica de tais experiências se apresentou como um verdadeiro desastre, à medida que a nova fase do capitalismo em sua ação “globalizadora” sucateou precocemente capacidade produtiva e infraestrutura.

Por outro lado, o enfraquecimento do Estado, já acentuado pela “crise da dívida”, foi agravado ainda mais, com as políticas de ajustes neoliberais, desregulamentações, privatizações, exaustão da capacidade de planejamento e incapacitação da política econômica. Isso tudo aprofundou a crise social na década de 1990.

Neste texto, intenta-se apresentar as singularidades e implicações da crise capitalista no cenário brasileiro, no sentido de fixar a formatação que vai se desenhar no mercado de trabalho do país nessa década.

2. AS SINGULARIDADES DA CRISE CAPITALISTA NO BRASIL: repercussões no mundo do trabalho

A crise do capitalismo brasileiro, perceptível inicialmente em meados dos anos 1970 e aprofundada na década seguinte, obrigou os setores dominantes a promoverem uma profunda reestruturação da economia e do Estado, permitindo inserir de modo competitivo o país no sistema mundial do capital. A evidência mais concreta dessa reestruturação só se tornou visível quando foi iniciada a ruptura, sob o impacto das medidas adotadas primeiramente pelo governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), com o modelo de industrialização assentado na substituição de importações.

A difusão do novo paradigma no Brasil que, em função do desenvolvimento histórico do país apresentará certas particularidades que a diferenciará do modo como ocorreu nos países desenvolvidos, assumindo parte da responsabilidade pelas mudanças na dinâmica industrial do país – centrada anteriormente no mercado interno, por meio da adoção do modelo de substituição de importações e, posteriormente, pautada na inserção subordinada na economia internacional, por meio da abertura comercial e financeira –, teve início sob a égide de dois movimentos que, embora distintos, se imbricavam: o primeiro deles foi a adoção de um plano de estabilização sustentado em uma política monetária “contracionista”, provocando o aprofundamento da recessão, a ampliação da concentração de renda e a diminuição do mercado interno; o segundo, a política de abertura da economia ao capital estrangeiro, desencadeada pelo acirramento da concorrência internacional³.

Durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, os setores econômicos mais integrados à globalização econômica adotaram estratégias de racionalização, objetivando a redução dos custos, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. No setor industrial, por um lado, acarretou a desmontagem de cadeias produtivas inteiras, à medida que inexistiam condições isonômicas de competitividade, e, por outro, a concentração de atividades em linhas de produção de maior rentabilidade.

A opção pela competitividade no plano internacional, que caracteriza as modernas economias abertas, em detrimento de uma economia predominantemente fechada, e que segundo seus idealizadores possibilitaria promover a inovação da produção, dos processos de organização e do mercado, levou o Brasil, pela primeira vez, desde os anos 1930, a conviver com a diminuição absoluta e relativa das ocupações na indústria manufatureira, passando a adotar medidas de redução de empregos, tais como a terceirização/subcontratação da força de trabalho.

Para Mattoso (2001), o modelo adotado no país promovendo a desestruturação do mercado de trabalho, reduziu acentuadamente a capacidade de geração de empregos formais, fazendo com que, ao longo dos anos 1990, fossem eliminados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho. O autor observa que, até maio de 1999, somente a indústria de transformação no país tinha eliminado cerca de 1,6 milhões de empregos.

No que tange especificamente à constituição da reestruturação produtiva no país, embora haja uma grande polêmica envolvendo tal processo, se observa o confronto de teses que vão desde a que defende a existência de um paradigma predominante de organização do trabalho até a da inexistência de estudos empíricos comprovando que os novos métodos

³ O processo de reestruturação produtiva no Brasil teve um caráter defensivo à medida que foi impulsionado pela inexistência de regulação da abertura econômica ocorrida na década de 1990. A abertura indiscriminada ao capital estrangeiro também foi responsável pela erosão de parte considerável do parque industrial nacional, que eliminou setores inteiros da indústria do país.

flexíveis substituíram completamente a antiga base técnica fordista. No entanto, o modelo japonês foi o que mais se generalizou e, conseqüentemente, ocupou espaço mais destacado na realidade brasileira.

Alves (2002) ressalta que a implantação do modelo japonês no Brasil, iniciado em meados da década de 1980, assumiu, primeiramente, uma dimensão restrita, sendo que, somente na década seguinte, a de 1990 (designada de neoliberal), é que se observa o seu aprofundamento, de forma mais sistêmica, no país⁴. Desse modo, pode-se inferir que inicialmente o processo de inovação tecnológica era algo muito incipiente, ocorrendo de forma restrita e seletiva em alguns ramos e setores da indústria na região sudeste do país.

Estudos realizados por Carvalho e Schmitz (1990), no final dos anos 1980, foram taxativos em indicar que imperava, na maioria das indústrias nacionais, de forma majoritária, os princípios taylorista-fordistas. Mesmo naquelas empresas onde ocorreu a introdução de algum tipo de técnica japonesa, foi observada a implantação “abrasileirada” dessas técnicas.

Sobre isso, Salerno (apud RAMALHO, 2002, p. 87)

[...] revela como, nas empresas que estavam implantando sistemas de manufatura celular e *just-in-time*, ocorre uma rígida divisão do trabalho, a prescrição individual das tarefas, e não autonomia dos operários na definição dos métodos de trabalho e na alocação das atividades ao longo da jornada de trabalho.

Nesse sentido, o processo de reestruturação das empresas no Brasil, segundo Salerno, seria uma espécie de “*just-in-time* taylorizado”, em que a gerência tenderia a manter o controle sobre o processo de trabalho, desenvolvendo estratégias que não exigiriam o envolvimento e o compromisso dos operários, resultando em mais coerção e pressão sobre os trabalhadores.

Leite (1996), por sua vez, observa que, dentro de uma mesma planta industrial, era possível encontrar, lado a lado, diferentes opções tecnológicas, com grupos de trabalhadores atuando segundo a organização taylorista/fordista, e outros grupos operando com sistemas flexíveis. Tais observações confirmam as conclusões a que chegaram Carvalho e Schmitz (1990) a respeito da heterogeneidade tecnológica e da intensificação do fordismo, abordada anteriormente.

Bonelli (1999), ao se referir especificamente às inovações técnico-científicas, e tomando por base uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), realizada no período de 1996 a 1997, que investigou os processos de modernização e mudança tecnológica de 500 empresas (indústrias, de correios, de saneamento e de telecomunicações), destaca que, embora se verifique o aumento da utilização de novos métodos e técnicas de gestão da produção por parte das empresas pesquisadas (recursos do tipo software ou organizacionais), seria possível observar igualmente

⁴ Para Alves (2002), pelo menos desde 1985, categorias assalariadas como a dos metalúrgicos do ABC paulista e os bancários de importantes conglomerados financeiros, como Bradesco e Itaú, vivenciaram esse processo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” foi a lógica toyotista. Segundo o autor, a política de abertura da economia ao capital estrangeiro teria possibilitado inicialmente a adoção dos métodos flexíveis, caracterizados, por um lado, pela aplicação de tecnologias microeletrônicas, e por outro lado, pela utilização de técnicas de gestão da produção, tais como *just-in-time*, *kanban*, terceirização, trabalho em equipe, programas de qualidade total etc.

que menos de 10,0% do total tinham implantado métodos mais sofisticados, tais como *kanban*, *just-in-time*, reengenharia etc. O autor observa que, apenas, 32 empresas da amostra utilizavam robôs, contra 335 que não utilizavam esse recurso, sendo que, à época da pesquisa, apenas 18 empresas estavam em fase de implantação desse tipo de inovação.

Algo que poderia corroborar os resultados da pesquisa da CNI/SENAI seria o fato de a estrutura ocupacional brasileira apresentar alta concentração de trabalhadores nas denominadas ocupações profissionais inferiores e, por conseguinte, baixa concentração nas intermediárias e superiores⁵. Segundo Pochmann (2002), dados de 1996 da Organização Internacional do Trabalho mostram que 66,4% dos trabalhadores brasileiros estavam ocupados em postos de trabalho considerados inferiores, enquanto os que ocupavam postos superiores e intermediários eram, respectivamente, 17,8% e 15,8%.

Entretanto, o fato de o Brasil apresentar uma alta concentração de ocupações profissionais ditas inferiores em relação aos países desenvolvidos não deve ser interpretado como sendo determinada mecanicamente pelo baixo grau de inovações técnico-produtivas, pois, segundo Pochmann (2002), embora Alemanha e França sejam exemplos de adoção do novo paradigma técnico-produtivo, contraditoriamente, as ocupações inferiores detêm uma participação bem maior do que as superiores na estrutura ocupacional desses países.

Dedecca (1998), por sua vez, adverte que, embora não tenham sido registradas mudanças importantes na estrutura setorial do emprego, no que se refere às funções desempenhadas e à escolaridade dos trabalhadores, foi verificada uma tímida redução da participação da força de trabalho analfabeta ou com poucos anos de estudo, em favor daquela detentora de maiores níveis de escolaridade. Entretanto, essa redução longe de resultar diretamente das transformações tecnológicas e organizacionais que poderiam exigir um novo perfil de trabalhador, expressa, segundo o autor, antes de tudo, certa seletividade das empresas que, em função do alto estoque de força de trabalho sobrando, elegeu como critério de recrutamento maiores níveis de escolaridade e qualificação.

Um aspecto relevante a ser também observado foi o incremento da produtividade da força de trabalho na indústria como um todo⁶, ainda que à custa da redução do nível de emprego. Para Ramalho (2002), em nome da racionalização dos custos visando ao aumento da produtividade, o capital atribuiu à terceirização tarefas anteriormente realizadas no próprio chão de fábrica. Essa opção pela subcontratação, diante de um contingente de trabalhadores pouco qualificados e da existência de um enorme exército de reserva, teve efeitos devastadores sobre a oferta de empregos.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no período de 1991 a 1998, a taxa geral de produtividade do país foi de 2,53% ao ano, concentrando-se principalmente nos setores industriais. A ampliação da produtividade, no entanto, não significou aumento dos postos de trabalho, mas sim da mobilidade da força de trabalho, do crescimento de participação do trabalho informal no total das ocupações.

Segundo Antunes (2006, p. 57), o aumento da produtividade dos capitais no Brasil ocorreu mediante a reorganização sociotécnica da produção, a redução do número de trabalhadores, a intensificação da jornada de trabalho dos empregados, o surgimento dos

⁵ As ocupações profissionais inferiores compreendem os postos de atividades simples, manuais e de execução. As superiores os postos de gerência, direção, planejamento e programação e de nível superior. As intermediárias os postos de controle e supervisão, operadores e administração (POCHMANN, 2002).

⁶ Oriundas não somente de aplicação em capital fixo, mas do crescimento da taxa de mais-valia absoluta – por exemplo, o aumento das horas-extras. Dados de 2000 mostram também que enquanto a produtividade na indústria aumentou 6,5%, o nível de ocupação cresceu somente 0,6% (ALVES, 2002).

círculos de controle de qualidade (CCQs) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, entre outros elementos. Para o autor, com o aprofundamento, na década de 1990, do modelo de acumulação flexível, por meio da *lean production*, das diversas formas de terceirização, da forte concorrência internacional, observou-se também a mudança espacial de plantas e unidades industriais inteiras. A elevação da produtividade e dos lucros levou indústrias tradicionais, como as têxtil e calçadista, sediadas em São Paulo e Rio Grande do Sul, a se instalarem em outros estados, principalmente da região Nordeste. Incentivos fiscais, força de trabalho barata, abundante e sem experiência sindical e política, geralmente sem expectativa de obter qualquer ocupação, além da localização privilegiada da região em relação ao mercado consumidor americano e europeu, foram os mecanismos que garantiram tal elevação e a atração dessas indústrias para o Nordeste.

Para Mattoso (1998), todavia, o crescimento da produtividade não implicaria, necessariamente, a elevação do desemprego e retração da oferta de trabalho. Para o autor, o aumento da produtividade poderia resultar, inclusive, na elevação do consumo, na ampliação do tempo livre dos trabalhadores, bem como no crescimento dos níveis de ocupação. Ocorre que a opção por essa última alternativa seria uma escolha social, determinada historicamente pelas formas de regulação do sistema econômico e de distribuição dos ganhos da produtividade.

Assim, pode-se inferir que a extinção de parte dos empregos formais, nos anos de 1990, pode ser relacionada ao movimento mais geral do processo de reestruturação capitalista, provocado, especialmente, pela aplicação de novos fundamentos competitivos. No entanto, para Singer (2003), o crescimento do desemprego observado, naquela década, poderia também ser relacionado à aplicação das políticas fiscal e monetária que visavam impedir que a economia se aquecesse demais, o que, na prática, implicaria a manutenção de um excedente de força de trabalho. Desse modo, o desemprego não seria algo maléfico ao sistema, mas funcional, já que seria resultante da aplicação das políticas de estabilização.

Logo, num mercado de trabalho marcado pela heterogeneidade e flexibilidade, o conjunto dessas mudanças, como manifestação do ajuste estrutural experimentado pela economia nacional na década de 1990, não poderia deixar de causar impactos sobre o ritmo e a estrutura do mercado de trabalho no país. À época, o Brasil tinha uma população de aproximadamente 170 milhões de habitantes. Desses, 107 milhões eram considerados população em idade ativa (PIA), pessoas com 15 anos ou mais de idade. Entretanto, somente parte da PIA tende a ser considerada economicamente ativa (PEA) ou 79 milhões de pessoas. Segundo o IBGE, quem não estaria procurando emprego na semana pesquisada, não estaria desempregado, fazendo parte dos inativos, o que permite manter, em 1999, como pode ser visto na Tabela 2, a taxa de desemprego em torno de 7,5%⁷.

Por outro lado, a taxa de 7,5% de desemprego, ou cinco milhões de pessoas, apresentada pelo IBGE seria preocupante, mas razoável. No entanto, se comparados os 71 milhões de economicamente ocupados, com os 107 milhões em idade ativa, estamos falando em 36 milhões de pessoas em idade de trabalho e que não exercem nenhuma atividade econômica. Não há dúvida de que nessa população haveria um grande contingente de pessoas, principalmente de mães que cuidam de seus filhos, que optam por ficar em casa, ou de pessoas incapacitadas por diversas razões. Em compensação, entre as pessoas que

⁷ Por sua vez, para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que inclui na categoria dos desempregados o desemprego por desalento, essa taxa representava algo em torno de 21,6% da PEA. Segundo o cálculo do DIEESE, indiscutivelmente mais preciso para a realidade de um país subdesenvolvido como o Brasil, o número de desempregados seria de aproximadamente 17 milhões de pessoas.

compunham a população em idade ativa (PIA), 53,7% dela era considerada analfabeta funcional, aquelas pessoas com menos de quatro anos de estudo, e um significativo número de trabalhadores pouco produtivos por desnutrição e outros fenômenos característicos do subdesenvolvimento, formas de subutilização do potencial da força de trabalho.

Quanto ao fenômeno do desemprego, a princípio, como pode ser observado na Tabela 1, a taxa média de desemprego aberto nas regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre decresceu se compararmos apenas os meses de janeiro e dezembro de 1999, ou seja, levando em consideração apenas os meses mencionados observa-se uma redução no contingente de pessoas desocupadas no conjunto das cinco regiões metropolitanas citadas.

A exceção foi a região metropolitana de Salvador que apresentou uma elevação do número de desocupados de 8,4% para 9,3%, se compararmos os meses de janeiro e dezembro do mesmo ano. Entretanto, a diminuição da taxa de desemprego aberto observada no mês de dezembro, em cinco das seis regiões metropolitanas, exceto Salvador, deve-se ao fato da abertura de postos de trabalho em razão da aceleração do consumo provocado pelo período natalino.

Por outro lado, se levarmos em consideração o lapso temporal de janeiro a novembro daquele ano (1999), pode-se observar que o índice de pessoas desocupadas no conjunto das seis regiões metropolitanas, sem exceção, embora bastante heterogêneas na sua estrutura econômica, permaneceu praticamente inalterado, apresentando pequenas variações. Logo, pode-se admitir que, nesse período, não se observa uma maior absorção de força de trabalho e sim um quadro estável de desemprego ao longo dos onze primeiros meses de 1999, que resultou em um índice de 7,5% de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do país.

O fenômeno das altas taxas de desemprego, conforme Tabela 2, a dificuldade de se conseguir uma ocupação e a falta de retaguardas, como o seguro-desemprego, para aqueles que perderam seus postos de trabalho, constituem elementos que permitem compreender um dos aspectos mais decisivos do processo de reestruturação produtiva e de flexibilização da legislação laboral de proteção ao trabalho no que se refere à precarização das relações de trabalho, que foi a tendência à generalização do trabalho informal nos anos 1990.

Tabela 1 – Taxa de desemprego aberto das Regiões Metropolitanas de REC, SAL, BH, RJ, SP e POA – 1999 (%)

Mês	Total	Regiões Metropolitanas					
		REC	SSA	BH	RJ	SP	POA
Janeiro	7,7	7,6	8,4	8,6	5,4	9,2	5,7
Fevereiro	7,5	7,8	9,7	8,0	5,0	8,4	7,4
Março	8,2	8,8	9,9	8,7	6,0	8,9	8,1
Abril	8,0	8,9	10,2	8,4	5,8	8,8	7,5
Maio	7,7	9,0	10,1	7,7	5,3	8,6	7,0
Junho	7,8	8,2	10,0	7,7	5,6	8,9	6,9
Julho	7,5	9,2	10,2	7,1	5,4	8,2	7,5
Agosto	7,7	9,1	11,3	7,0	5,9	8,2	7,1
Setembro	7,4	8,2	10,9	6,7	5,2	8,0	7,3
Outubro	7,5	7,8	9,9	7,5	5,5	8,2	8,0
Novembro	7,3	7,2	9,4	7,9	5,3	7,9	7,7
Dezembro	6,3	6,4	9,3	6,9	4,5	6,5	6,3
Total	7,5	8,1	9,0	7,6	5,4	8,3	7,2

Fonte: IBGE (2001).

Logo, os dados mostrados pela Tabela 2 ratificam o fenômeno da insegurança do emprego, manifestada por meio do crescimento das taxas de desemprego no país. O emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, que antes era um paradigma de relações de trabalho, passa, na década de 1990, por um desmonte implacável. Os vínculos vulneráveis aumentaram a sua participação no mercado de trabalho. O assalariamento sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria que operam geralmente em condições precárias, o emprego doméstico, cresceram no período. O núcleo protegido dos empregos diminuiu, aumentando a margem dos vulneráveis (ver Tabela 1).

A rigor, a expansão dessa dimensão da precarização, a informalização, no Brasil, em parte deve-se aos processos típicos do novo complexo de reestruturação produtiva, como a terceirização. A utilização extensiva da terceirização/subcontratação, nessa conjuntura, conduziu ao agravamento das condições de trabalho e ao aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho. Embora a informalização de parte da força de trabalho tenha sido, historicamente, uma característica estrutural de um país capitalista dependente e de desenvolvimento industrial retardatário como o Brasil⁸, a novidade é que a expansão desse fenômeno, na década de 1990, atingiu diretamente o setor formal do mercado de trabalho, até então imune aos efeitos da informalidade. Segundo Antunes (1999), isso porque, atualmente, o capital necessita cada vez menos de força de trabalho estável e cada vez mais do trabalho *part-time*, terceirizado. Esses últimos se constituiriam, cada vez mais, parte indispensável do processo de produção capitalista.

Assim, em economias subdesenvolvidas, como a brasileira, embora não se disponha de estatísticas precisas sobre o cenário de informalização do mercado de trabalho nacional, esse fenômeno parece ser confirmado pelos dados da Tabela 1, que apresentam alterações profundas no mundo do trabalho no Brasil. A partir dos dados mostrados nessa tabela pode-se verificar que a taxa de ocupação das atividades convencionalmente consideradas informais, como os empregados e os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os por conta própria e os não remunerados, no ano de 1999, alcançou 45,7% do total da população ocupada, nas principais regiões metropolitanas do país.

⁸ Para Tavares (2004), em economias subdesenvolvidas, como a brasileira, em que a adoção da mais-valia absoluta retarda as pressões sobre a produtividade, existiriam atividades com características que corresponderiam a pretéritos modos de produção, especialmente durante as crises, nos quais essa forma de produzir se colocaria para muitos trabalhadores como a única possibilidade de subsistência. São formas de inserção no mercado cuja lógica não tem a acumulação como meta. Segundo Oliveira (2003a), o papel exercido pelo exército de reserva, oriundo do deslocamento de grandes contingentes populacionais do campo para as cidades, ocupado em atividades informais, não era apenas de mero consumidor de excedente ou simplesmente *lumpen*. Para ele, antes de tudo, esse exército fazia parte dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana. O setor informal seria então funcional ao sistema de acumulação e não o seu antípoda, já que se tratava da utilização da própria força de trabalho originada pelo movimento em direção às cidades – e não de uma reserva pré-capitalista –, para dotar de serviços os centros urbanos que se industrializavam. A abordagem de Oliveira (2003a) defende, portanto, a unidade da exploração capitalista, ao observar que as relações capitalistas de trabalho, presentes na informalidade, ao reduzirem o custo de reprodução da força de trabalho, aumentaram, por sua vez, a proporção de trabalho não pago, subordinando o trabalho informal ao capital.

Embora a Tabela 2 não tenha como base um período de tempo mais longo, ela possibilita a apreensão do fenômeno da informalidade na economia brasileira, que, segundo os dados apresentados, além de exceder mais de 40,0% da população total ocupada, indica que aquelas atividades, nos anos de 1992 e 1999, cresceram cerca de 5,0%, enquanto a taxa dos ocupados formalmente ou com carteira assinada decresceu quase 6,0%. Tal quadro mostra uma ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Para Antunes,

Se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, hoje quase 60% dela se encontra nessa condição (aqui concebendo a informalidade no sentido amplo), desprovida de direitos e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais freqüente da nossa classe trabalhadora (2006, p. 59).

Tabela 2 – População ocupada, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, para o total das Regiões Metropolitanas de REC, SSA, BH, RJ, SP e POA – 1992/1999 (%)

Posição na ocupação do trabalho principal	1992 (%)	1999 (%)	1992/1999 (%)
Total de Empregados (1)	56,2	53,1	- 3,1
Emp. com carteira de trabalho assinada (2)	43,8	37,9	- 5,9
Emp. sem carteira de trabalho assinada (3)	12,4	15,2	+ 2,8
Militar ou estatutário (4)	7,8	7,4	- 0,4
Trabalhador doméstico (5)	8,2	9,1	+ 1,1
Trab. doméstico com carteira assinada (6)	2,2	3,2	+ 1,1
Trab.r doméstico sem carteira assinada (7)	6,0	5,9	- 0,1
Conta própria (8)	19,5	22,0	+ 2,5
Empregador (9)	3,7	4,3	+ 0,6
Não remunerados (10)	2,6	2,6	0,0
Total (3+7+8+10)	40,5	45,7	5,2

Fonte: IBGE(2001).

Notas: RM: Regiões Metropolitanas; VM: Variação Média; REC: Recife, SSA: Salvador, BH: Belo Horizonte; RJ: Rio de Janeiro; SP: São Paulo; POA: Porto Alegre.

Quando se compara os resultados anteriormente observados com as taxas dos que contribuíam para a previdência social o cenário é ainda mais desolador, pois, como se pode observar na Tabela 3, os trabalhadores ocupados, portadores de carteira de trabalho assinada

e os por conta própria que contribuem para a previdência social sofreram, nos anos de 1992 e 1999, diminuição de suas taxas em 5,9% e 1,0%, respectivamente.

Tabela 3 – Proporção de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada e proporção de conta-própria e de empregadores que contribuem para a previdência social em relação aos ocupados, para o total das Regiões Metropolitanas de REC, SSA, BH, RJ, SP e POA – 1992/1999 (%)

Categorias de ocupados das	1992 (%)		1999 (%)		1992/1999 (%)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Empregados com carteira de trabalho assinada	7.200.951	43,8	6.406.659	37,9	- 794.292	- 5,9
Conta própria que contribui	892.950	5,6	816.959	4,7	- 75.991	- 0,9
Empregadores que contribuem	445.465	2,8	490.863	2,7	- 45.398	- 0,1
Trabalhador doméstico com carteira assinada	348.827	2,2	564.771	3,2	215.944	+ 1,0
Subtotal	8.888.193	54,4	8.279.252	48,6	- 699.737	- 5,9
Total dos ocupados	15.697.419	100,0	17.191.914	100,0	1.494.495	9,5

Fonte: IBGE(2001).

Legendas: RM: Regiões Metropolitanas; VM: Variação Média; REC: Recife, SSA: Salvador, BH: Belo Horizonte; RJ: Rio de Janeiro; SP: São Paulo; POA: Porto Alegre.

O decréscimo da taxa dos que contribuem para a previdência foi igualmente observado entre os empregadores, ainda que se trate de uma variação muito pequena (0,1%). Todavia, em números absolutos, esse índice significa algo em torno de 45.398 pessoas que deixaram de contribuir para a previdência. Quanto às outras categorias, isso representou, nas principais regiões metropolitanas do país, em números absolutos, mais de um milhão de pessoas que deixaram de contribuir com a seguridade social (1.086.227 trabalhadores).

No Nordeste, a parcela da população que se manteve ocupada, ou que conquistou nova ocupação, também presenciou as precárias condições de trabalho no período. Expansão dos contratos de trabalho fora dos marcos legais, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros fatores, aprofundaram o caráter heterogêneo do mercado de trabalho na região. Um reflexo dessas mudanças pode ser verificado pela redução da proporção dos trabalhadores que contribuem com a Previdência Social.

Como se pode observar, na Tabela 4, a redução do número de trabalhadores que possuíam carteira de trabalho assinada, resultante da expansão da flexibilização dos direitos trabalhistas, refletiu-se na diminuição da taxa dos que, anteriormente, contribuíam com a Previdência. A diminuição desses índices também foi notada entre os trabalhadores por conta própria e os empregadores, de modo que, em 1992 e 1999, a primeira categoria, a mais penalizada, foi reduzida de 7,3% para 4,6%, enquanto a segunda registrou uma pequena variação, passando de 38,8% para 37,4%.

Tabela 4 – Total e proporção de empregados e trabalhadores com carteira de trabalho assinada e proporção de conta própria e de empregadores que contribuem para a previdência social, no Nordeste, Unidades da Federação MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA – 1992/1999

NE/UF	Total e proporção (%) – 1992/199									
	Total (1+2+3+4)		ECTA (1)		TDCTA (2)		CPCPS (3)		ECPS (4)	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
NE	13.256.866	14.637.542	45,1	43,2	7,8	13,8	7,3	4,6	38,8	37,4
MA	1.704.593	1.939.816	35,0	32,4	1,9	5,4	1,6	2,4	36,5	28,8
PI	806.444	1.012.272	38,8	34,4	1,8	9,1	6,7	2,9	24,3	21,3
CE	144.653	482.179	41,1	43,0	3,6	7,7	7,3	3,5	34,7	27,8
RN	845.800	865.676	47,9	47,1	3,3	8,2	8,6	4,2	46,2	26,8
PB	995.125	1.059.270	40,6	39,0	6,7	19,4	10,1	7,4	27,0	46,1
PE	2.396.239	2.523.067	52,3	47,2	14,6	25,5	8,5	5,7	40,0	43,3
AL	812.059	817.259	46,5	51,5	9,9	18,8	16,9	7,5	42,9	47,1
SE	525.294	608.600	44,8	50,2	9,3	14,6	13,4	7,5	41,7	36,0
BA	4.033.013	4.535.893	46,1	42,1	9,2	14,2	8,0	5,2	45,6	43,1

Fonte: IBGE (2001).

Notas: ECTA: Empregados com Carteira de Trabalho Assinada; TDCTA: Trabalhadores Domésticos com Carteira de Trabalho Assinada; CPCPS: Conta-Própria com Contribuição à Previdência Social; ECPS: Empregador com Contribuição à Previdência Social.

Em contrapartida, o emprego doméstico – igualmente mais flexível e menos estruturado, como se vê na Tabela 4 – apresentou uma significativa expansão. Ainda que do ponto de vista absoluto, esse índice seja inexpressivo, o fato é que, no Nordeste, o índice de trabalhadores domésticos que passou a contribuir com a Previdência Social quase duplicou no período.

No entanto, a informalidade não se apresenta como simples efeito da crise econômica na década de 1990, visto que os trabalhadores informais, como observam Jakobse et al. (2001, p. 9), ocupam um lugar específico

[...] na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produtos de todo tipo, realizado por meio vendedores ambulantes e de ponto fixo, seja na apropriação e na reciclagem e na reciclagem dos restos advindos da produção, por meio de catadores de papel, papelão, metais, lixo, ou ainda na prestação de serviços diversos para o público ou para empresas. Isto não significa, porém, que esta inserção seja importante na geração de renda. Pelo contrário, ela é extremamente precária e, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, para a maioria dos trabalhadores informais ela se caracteriza por uma renda muito baixa.

Dessa forma, conforme referido anteriormente, o deslocamento das ocupações industriais para outros setores econômicos não ocorreu sem provocar modificações na forma de contratação dos trabalhadores. De fato, na década de 1990 percebeu-se um aumento das modalidades flexíveis de contratação, resultando num amplo processo de desestruturação do

mercado de trabalho em que se constata o alargamento do segmento de trabalhadores informais, em detrimento do segmento formal.

Mattoso (2001) destaca que, na década de 1990, mais de 50,0% da força de trabalho ocupada nos grandes centros urbanos se encontravam inseridos em alguma atividade informal, a maior parte dela sem registro e sem garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego. Logo, as mudanças verificadas na estrutura ocupacional do país, decorrentes do processo de reorganização econômica, favoreceu muito mais o crescimento de ocupações precárias, identificadas com a informalização, para as quais haveria pouca ou nenhuma exigência de qualificação, do que aquelas próprias do emprego padrão (formal).

Assim, o intenso processo de desestruturação produtiva e o recrudescimento do fenômeno da informalidade apontam para uma tendência contrária à teoria da compensação, quando “afirma que toda maquinaria que desloca trabalhadores sempre libera, simultânea e necessariamente, capital adequado para empregar esses mesmos trabalhadores” (MARX, 1984, p. 54). O que parece se confirmar, ao contrário do propugnado por tal teoria, é uma tendência de ampliação dos níveis de desemprego, e, conseqüentemente, de expansão de estratégias de precarização da força de trabalho, como a informalidade.

Nesse contexto de desemprego elevado e precarização do trabalho, o governo federal e, principalmente, os capitalistas nacionais inserem, no debate nacional, o tema da educação profissional como saída para os problemas de emprego e competitividade no país. Em função disso, na contramão da realidade objetiva, se passou a advogar a tese de que o desemprego teria como pressuposto o descompasso entre oferta e demanda de trabalho qualificado.

Assim, foi disseminada a ideia de uma ilusória necessidade, cada vez maior, por parte dos empresários, de força de trabalho com maiores requisitos de qualificação, para atender às exigências dos novos padrões produtivos, haja vista que não haveria oferta de força de trabalho com o perfil ideal, pois a população trabalhadora no país apresentaria baixo nível de escolaridade e qualificação.

3.ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No que concerne ao processo de reestruturação produtiva na indústria brasileira, ele se apresentou de forma mais intensa a partir do início da década de 1990, ainda que a partir dos anos de 1970 tenha ocorrido na economia nacional uma série de políticas de ajuste e modernização tecnológica que presidiram tal metamorfose.

Desta forma, somente a partir dos anos de 1990, quando se caminhavam para um “toyotismo sistêmico”, é que as empresas se concentrariam numa política mais efetiva de modernização dos equipamentos, estratégias organizacionais e adoção de novas formas de gestão de base flexível. O investimento na automação microeletrônica, a descentralização das empresas – acompanhada da focalização da cadeia produtiva – e a exigência de flexibilidade, vão marcar o processo de reestruturação na segunda metade da década de 1990, principalmente nos setores mais competitivos.

De todo modo, é importante ressaltar que tal processo tem início induzido por dois fenômenos distintos, mas que devem ser analisados de maneira integrada. São eles, respectivamente, os novos padrões de competitividade internacional exigidos pelo capital e um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas internamente no país.

É nesse contexto marcado pelos aspectos supracitados que os capitalistas são compulsoriamente obrigados não somente a substituir as políticas repressivas da força de trabalho no interior das fábricas por outras mais compatíveis com a flexibilização do trabalho (*just in time*, CCQ, *Kanban*, administração participativa etc.), como também a introduzir paulatinamente novos equipamentos de base microeletrônica, visando aos novos padrões de competitividade e qualidade.

Além disso, as mudanças que se processam na organização industrial vêm acompanhadas de uma nova segmentação da força de trabalho, de novos padrões de qualificação, da terceirização e do desemprego estrutural. Dessa forma, tendencialmente são as mudanças relacionadas à redução dos custos da produção – ligadas à descentralização, via a externalização de atividades – que caracterizam o esforço de modernização por parte dos capitalistas. Assim, embora a tendência à terceirização seja dirigida predominantemente àqueles setores ligados aos serviços, alguns estudos têm apontado para a crescente participação de empresas terceirizadas nos setores ligados à produção.

É interessante salientar que o complexo de reestruturação produtiva intentou implementar, de modo sistêmico, a acumulação flexível no Brasil, possibilitando que a terceirização se revigorasse “não como mero comportamento reativo, mas como procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor circuitos de revalorização, desenvolvendo novas redes de subcontratação” (ALVES, 2000, p. 202).

Desta forma, os impactos dessa tendência sobre a força de trabalho, nos setores não essenciais da produção têm apontado para uma crescente precarização das condições do emprego e desqualificação profissional do trabalhador, uma vez que é revelador o fato de os trabalhadores que são submetidos à terceirização terem salários e benefícios sociais mais baixos, jornadas de trabalho mais extensas e estafantes – daí a menor qualificação requerida –, além de menor segurança e maior insalubridade nos locais de trabalho; isso sem levar em consideração que a externalização das atividades pode significar o comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

Por fim, infere-se que as transformações no mundo do trabalho, embora diferenciadas entre países considerados centrais e periféricos, apresentam de um modo geral, como efeito, o desemprego e a precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovane. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). *Revista Sociologia e Política*, n.19, Curitiba-PR, nov./2002.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BONELLI, R., Emprego Industrial e Produtividade: Novos Resultados, Velha Controvérsia. In. *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, ano 4, n. 11, IPEA/MTE, Rio de Janeiro, outubro de 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação Profissional. *Um passaporte para o trabalho: guia do cidadão produtivo*. Brasília: MTE; SPPE, DEQP, 2001e.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *O mercado de trabalho e a geração de empregos*. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social, 1996.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Sistema público de emprego e educação profissional: implementação de uma política integrada*. Brasília: MTb, SEFOR, 1996c.

CARVALHO, Ruy de Castro e SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, jul. 1990.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Educação e trabalho no Brasil: mais mito que realidade. In. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Trabalho e educação num mundo em mudanças*. São Paulo, [1998?].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de População e Indicadores Sociais. *População e indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

JAKOBSEN, Kjeld. Mapa do trabalho informal. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LEITE, Márcia de Paula. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. *Novos Estudos*. São Paulo, jul./1996.

LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização – o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In. *Economia & Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003(a).

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In. ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Huw, MCILROY, John et all. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES. Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

Recebido em: 24 de novembro de 2010

Aceito em: 23 de setembro de 2011